



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes –
Zona Cívica Administrativa – CEP: 70.150-900
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

**Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as
Mulheres – PNPM**

Ajuda-Memória – 31ª Reunião Ordinária

DATA: 29/10/2009, das 09:30 às 13:30h.

LOCAL: Auditório da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Brasília/DF

Participantes:

- Ana Koatz – MCid
- Berenice Rosa – Fórum organismos/municípios
- Célia Vieira – MDS
- Cristina Queiroz – SPM
- Daiane de Oliveira Lopes – MEC
- Danielle Cancela Cronemberger – MPOG
- Diana Monge – Unifem
- Elisabeth Busanello - MDA
- Eugênia de Moraes – MAPA
- Fábiana Souza – SPM
- Fernanda Bittencourt Vieira – SPM
- Giovanna Victor – SPM
- Gláucia de Fátima Barban Morelli – CNDM
- Guacira César de Oliveira – Cfemea
- Helena Santos – MJ
- Joyce Del Frari Coutinho – Secom
- Juliana Agatte – SPM
- Lidiane Gonçalves – MS
- Lourdes Bandeira – SPM
- Luana Simões – SPM
- Magaly Correia Marques – Casa Civil
- Marcela Resende – SPM

- Margareth Pessoa – MCid
- Natália Fontoura – IPEA
- Rosa de Lourdes Santos – CNDM
- Roseli Moraes – CEF
- Sônia Malheiros – SPM
- Thais Werneck – MinC
- Vera Lúcia de Oliveira - MAPA
- Verônica Silva - MME
- Wania Sant'anna/Convidada

1. Aprovação da Memória da 30ª Reunião Ordinária do Comitê

A 31ª Reunião teve início com a leitura da memória. A representante da SPM, ao final da leitura, informou que as ressalvas apresentadas pelas representantes do MS, MAPA e CEF deveriam ser encaminhadas por e-mail marcadas diretamente no texto da memória.

2. Informes Gerais

A Coordenadora do Comitê fez a leitura dos sete itens da pauta. Uma das representantes da SPM informou que o item 6 da pauta “Apresentação dos resultados da PNAD 2008” não seria apresentado em razão da impossibilidade de participação das representantes do IBGE.

Iniciando os informes, a Coordenadora do Comitê apresentou o Relatório de Avaliação do I PNPM, ressaltando que este é um documento que expõe o retrato das atividades realizadas pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Frisou, ainda, que este documento é um marco para a Secretaria, uma vez que sistematiza todas as políticas formuladas pela SPM. Agradeceu, por fim, às/aos colegas dos ministérios que fizeram o devido encaminhamento das informações relativas às ações de cada órgão que estão contempladas no Plano e à equipe da SPM pela elaboração do documento.

Uma das representantes da SPM apresentou o segundo informe referente às avaliações do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e do Programa Luz para Todos. Informou que o termo de referência para a contratação das avaliações encontrava-se em elaboração pela SPM e que o escopo das avaliações seria apresentado ao Comitê posteriormente. Registrou que está prevista a realização de uma avaliação mista e, inicialmente, será contratada uma empresa que fará uma pesquisa de opinião com as beneficiárias dos dois programas para avaliação das mudanças na vida das mulheres. Esclareceu que o ideal seria fazer uma pesquisa de impacto, mas que não seria possível por razões de tempo e custo. Em um segundo momento, os dados dessa pesquisa de opinião serão avaliados qualitativamente e se buscará, ainda, compreender se o desenho dos programas incorpora, de alguma forma, as perspectivas de gênero e raça.

Em seguida, a Coordenadora do Comitê fez um informe sobre a publicação da SPM para as comemorações do dia 08 de março de 2010. Ressaltou que a publicação está dividida em três grandes blocos (Mais autonomia, Mais Cidadania e Menos violência). Salientou, ainda, que a Ministra Nilceia Freire solicitou um artigo para o Ministro Tarso Genro e que uma entrevista com o Presidente Lula abrirá o documento. Este documento conterà, além de entrevistas com várias autoridades, o resultado do trabalho da SPM e de suas parcerias. Para esta publicação, estão previstos dois volumes: o primeiro com textos – na forma de artigos e análises – e o segundo com fotografias, banners e logotipos. Neste sentido, ressaltou a importância de todos os Ministérios preencherem os resultados das ações no Sistema do PNPM, uma vez que o relatório fará menção a algumas ações.

A Coordenadora do Comitê relatou, ainda, que há uma demanda da presidência da república para que todos os ministérios façam um consolidado das suas principais políticas sociais. A idéia é que este consolidado se transforme num projeto de lei, cujo processo está sendo coordenado pelo IPEA. Registrou que, a princípio, foram indicados o PNPM e a Central 180 no que se refere às políticas da SPM, mas que há propostas de incluir as conferências, assim como os conselhos nacionais. Informou que a SPM encaminhou, juntamente com o consolidado, uma análise da PNAD 2008 sob o ponto de vista dos avanços das mulheres, análise esta que embasará a definição das políticas sociais que serão contempladas no consolidado. Por fim, afirmou que este documento poderá ser disponibilizado posteriormente para quem tiver interesse.

A representante do Ministério da Saúde informou que, de 14 a 18/11, haverá o Congresso da Febrasa, com a realização de um workshop sobre mortalidade materna, e nos dias que o antecedem – 12 e 13 – o Brasil sediará a reunião da Comissão Intergovernamental de Saúde Sexual e Reprodutiva do Mercosul. Comprometeu-se a encaminhar ao Comitê a programação, assim que ela for finalizada.

Uma representante do CNDM apresentou um livro texto que é produto do Seminário do Conesul sobre o aborto. Informou que o livro é de autoria de Maria Isabel que fazia parte do NEPO (Núcleo de Estudos de População da Unicamp) e que o mesmo está disponível para download no site www.nepo.unicamp.br. Dando seqüência aos informes, a representante da Caixa Econômica Federal declarou que, no próximo dia 17, haverá o ciclo de fortalecimento do Programa Pró-equidade na Caixa, cujo tema é “mais mulheres no poder”. Afirmou, ainda, que a programação será disponibilizada assim que estiver pronta.

3. Avaliação do Preenchimento do Sistema do PNPM (resultados 2008 e 2009)

Uma das representantes da SPM distribuiu duas planilhas com o status de preenchimento dos dados de 2008 e 2009. Informou que a funcionalidade para gerar relatórios no sistema ficou pronta há duas semanas, mas que constatou que, ao gerar o relatório, muitas das informações preenchidas pela própria SPM não constavam no relatório, alertando que esse fato pudesse ter acontecido com as informações de outros ministérios. Ressaltou que era provável que o sistema não tivesse perdido essas informações, apenas que o relatório não estava buscando todas as informações preenchidas. Nesse sentido, solicitou aos Ministérios que verificassem e informassem por email se havia algum problema com as suas ações, a partir do que foi gerado nos relatórios, para que o problema pudesse ser sanado o mais rápido possível.

Com relação aos dados de 2009, afirmou que somente quatro ministérios (MDA, MTE, MDS e IBGE) marcaram as ações prioritárias e/ou preencheram os seus resultados. Registrou que a SPM também não havia marcado as ações prioritárias para 2009, mas que isso seria feito o mais brevemente. Já em relação às informações de 2008, relatou que a maioria dos ministérios já havia preenchido o sistema, indicando os Ministérios que ainda não o tinham feito: MJ, MPOG, MME, MMA, MinC, Funai, CEF, SEDH e Seppir.

Ressaltou, mais uma vez, a importância do preenchimento do sistema do PNPM até o final de novembro, em razão da publicação do dia 08 de março. A Coordenadora do Comitê enfatizou esse prazo esclarecendo que a empresa contratada para fazer essa publicação precisa das informações dos ministérios para produzir o referido documento. Disponibilizou, ainda, o apoio da SPM para ir aos ministérios, caso haja algum tipo de dúvida no preenchimento do sistema.

Uma das representantes da SPM informou que, provavelmente, nem todos os campos poderiam ser preenchidos para todas as ações, mas ressaltou que aqueles relativos a resultados,

orçamento e execução física deveriam necessariamente ser preenchidos. Sugeriu ainda que cada órgão fizesse, em 2010, uma análise das ações sob sua responsabilidade no Plano que ainda não foram definidas como prioritárias, para que nenhuma ação do plano deixe de ser executada. Nesse momento da reunião, foram esclarecidas algumas dúvidas pontuais sobre o preenchimento do sistema.

4. Apresentação sobre execução orçamentária das ações do PNPM pelo Cfemea

Neste ponto de pauta, o Cfemea apresentou o seu estudo sobre a execução orçamentária do PNPM, no qual foi feito um monitoramento das ações em relação ao ciclo orçamentário desse ano. Informou que, para tanto, o Cfemea realizou algumas reuniões com a SPM para dialogar sobre a metodologia utilizada. Destacou, ainda, que era um trabalho difícil, mas que a partir dele será possível ter pistas sobre o que está sendo feito em cada órgão. Informou que as tabelas com todos os dados coletados e analisados estão disponíveis no sítio do Siga Brasil e que o documento, depois de revisado, será encaminhado eletronicamente para todas e todos.

A representante do Cfemea relatou que várias ações do PNPM quando reportadas no Plano Plurianual (PPA) informam não ter o recorte de gênero. O processo de avaliação dos programas do PPA demonstrou que, das quase 400 ações do PPA, apenas 22 ações têm o recorte de gênero, que são ações específicas para as mulheres ou referem-se ao combate das desigualdades. Outra questão observada pelo estudo é o grande número de ações concentradas. A título de exemplo foi citado que 25 ações orçamentárias de 15 programas, dispostos na Lei de Orçamento Anual (LOA) de 2009, são responsáveis por 153 ações prioritárias de 7 capítulos do II PNPM, sendo que a ação “implementação de políticas de atenção a saúde da mulher” é sozinha a responsável por 31 das 276 ações orçamentárias do Plano e por metade das ações do tema Saúde.

Uma questão que necessita de reflexão, segundo a representante do Cfemea, é o orçamento do II PNPM, que é de R\$ 17,2 bilhões para os quatro anos do PPA, enquanto que as ações orçamentárias identificadas no Plano totalizaram o valor de R\$ 34,6 bilhões somente para o ano de 2009. Destacou, ainda, que é necessário avaliar melhor e com mais refinamento o gasto público tendo em vista a garantia dos direitos das mulheres.

Outro elemento apontado foi a baixa execução das ações que estão contempladas no II PNPM, geralmente abaixo de 20%. Além disso, informou que a SPM era responsável apenas por 1,11% do valor total atribuído ao Plano. Além de algumas ações terem baixa execução, outras ações que são consideradas importantes para o monitoramento do Plano não tinham nenhum recurso alocado, apesar de estarem na LOA. Esse é o caso das ações referentes à atenção da saúde da população negra, integração do sistema de registro civil e instalação de núcleos especializados de defensoria pública.

Por último, a representante do Cfemea relatou que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2010 inclui 199 ações prioritárias do II PNPM e apresentou uma breve análise sobre a execução orçamentária de cada capítulo do Plano em 2009.

5. Proposta de Workshop para criação de Comitês de Gênero nos Ministérios

A coordenadora do Comitê iniciou este ponto de pauta destacando a importância da existência de Comitês de Gênero dentro dos Ministérios para reduzir a fragilidade institucional dessa temática. A realização do Workshop tem por objetivo compartilhar experiências entre os Ministérios que já possuem o Comitê instalado, os quais poderão apresentar os aspectos positivos e as dificuldades de sua implementação, e aqueles que ainda não tem, para que as dificuldades e persistências sejam localizadas e analisadas conjuntamente.

Uma das representantes da SPM pontuou que o workshop já tinha sido tema de pauta da reunião passada e que, naquele momento, era necessário definir quais os ministérios que poderiam relatar suas experiências no Workshop. Informou que o MME já havia se disponibilizado para tanto e que seria importante contar com a apresentação de outros ministérios como o MTE que já possui o Comitê, o MDS que está em processo de criação e o MDA que possui uma área específica. Por último, mencionou que a data proposta pela SPM para a realização do workshop foi a segunda quinzena de janeiro.

A representante da Secom alertou para o fato de que 2010 é um ano eleitoral e que, portanto, há necessidade de agilizar a realização do workshop. Sugeriu que o Comitê estabelecesse uma meta de criação de novos comitês até o dia 08 de março. Em seguida, uma das representantes da SPM fez propôs que o Workshop fosse realizado antes do dia 08 de março, para que se tenha tempo para sensibilizar os ministérios, e que fosse garantida a participação de dirigentes dos órgãos, bem como a assinatura de um termo de compromisso. A representante da Secom acrescentou que pode criar uma espécie de selo para colocar nos sítios dos ministérios que constituírem os comitês. Informou, por último, que nos dias de 14 a 17 de dezembro ocorrerá a primeira Conferência de Comunicação.

Uma das representantes da SPM afirmou que irá mandar uma primeira versão de programação para o Workshop por e-mail já com proposta de apresentação de alguns ministérios. A representante do MME ressaltou que é importante se ter dois momentos no workshop: num primeiro, seria feita a apresentação dos ministérios que já possuem comitês constituídos e, num segundo, seria realizada uma discussão mais analítica que gerasse uma proposta de formato mínimo para os Comitês. A coordenadora do Comitê enfatizou a necessidade do workshop de janeiro ter esta ação política, a partir da de termos de compromisso com os respectivos ministérios e da publicização dos ministérios que tiverem seus comitês instituídos. Finalmente, foi definida a data de 28/01 para realização do workshop.

6. Proposta de metodologia para acompanhamento da construção dos planos estaduais

A coordenadora do Comitê informou que será constituído um Grupo de Trabalho (GT) para acompanhar a construção dos planos estaduais apoiados pela SPM (AP, MG, MA, MS, RJ, RN, SC, SP). A intenção é que o GT seja vinculado ao Comitê de Monitoramento do Plano e que, além da SPM, seria interessante que outros órgãos como os Ministérios da Saúde, Educação e Trabalho também participem do GT. Foi esclarecido que a participação desses ministérios é essencial, pois são exatamente essas áreas que os estados terão que articular para a implementação de seus planos.

Uma das representantes da SPM destacou ainda os dois produtos esperados do GT: o primeiro seria a realização de uma oficina, ainda em novembro, com a participação das oito gestoras estaduais para a construção de metodologia de monitoramento do processo de construção dos planos estaduais; e o segundo seria a produção de um guia com orientações para construção dos planos estaduais. Ressaltou que o ideal é que os planos sejam elaborados até o dia 08 de março.

As representantes do MS, MEC e MME e uma das representantes do CNDM manifestaram interesse em participar do GT, mas as representantes do MS e MEC ressaltaram que precisavam checar a disponibilidade de agenda. Uma das representantes dos organismos municipais destacou que não se coloca à disposição para participar do GT por razões ideológicas, uma vez que não concorda em passar para o estado uma luta que é do movimento das mulheres. Afirmou que vai passar essa demanda para a sua suplente, assim como informará ao fórum. As representantes do MCid alegaram que não podiam dar uma resposta naquele

momento, pois acham pouco provável que elas possam participar em razão da dificuldade de liberação para novas funções, face à atual sobrecarga do quadro de servidores do Ministério.

A representante do MS propôs a oficina fosse realizada entre os dias 23 e 26 de novembro, porque ela já tinha compromisso no dia 27 do mesmo mês no âmbito das atividades do Grupo de Estudos sobre o Aborto (GEA) em relação à questão da interrupção da gravidez nos casos de anencefalia. A coordenadora do Comitê aproveitou a oportunidade para informar que a ANIS realizará na Universidade de Brasília um encontro a partir do dia 03 de novembro para tratar desse mesmo tema.

7. Próxima reunião

Conforme acordado, a próxima reunião ordinária será realizada no dia 14/12.